



Artigo de Investigação

MONTEJURRA E A GUARDA CIVIL. ESTADO DA QUESTÃO E GENEALOGIA DE ALGUMAS ACUSAÇÕES

Tradução para o português com ajuda de IA (DeepL)

Juan José Echevarría Pérez-Agua

Doutor em História Contemporânea pela Universidade Complutense de Madrid

juecheva@hum.uc3m.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0910-9953>

Recebido em 12/07/2025

Aceito em 19/11/2025

Publicado em 30/01/2025

doi: <https://doi.org/10.64217/logosguardiacivil.v4i1.8345>

Citação recomendada: Echevarría, J. J. (2026). Montejurra e a Guarda Civil. Estado da questão e genealogia de algumas acusações. *Revista Logos Guardia Civil*, 4(1), 83–104. <https://doi.org/10.64217/logosguardiacivil.v4i1.8345>

Licença: Este artigo é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)

Depósito Legal: M-3619-2023

NIPO online: 126-23-019-8

ISSN online: 2952-394X

MONTEJURRA E A GUARDA CIVIL. ESTADO DA QUESTÃO E GENEALOGIA DE ALGUMAS ACUSAÇÕES

Resumo: 1. INTRODUÇÃO. 2. A APATIA DA GUARDA CIVIL 3. AS ACUSAÇÕES DO RELATÓRIO MONTEJURRA 4. A ACUSAÇÃO DE SÁENZ DE SANTA MARÍA 5. AVALIAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA 6. NOVOS DOCUMENTOS (POR ENQUANTO) 7. CONCLUSÕES E PROPOSTAS. 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Resumo: Este artigo determina o estado da questão relativamente às acusações contra a Guarda Civil pelos factos ocorridos em Montejurra em 1976, que resultaram em duas mortes, no decorrer da tradicional romaria carlista que desde 1939 se celebra na *montanha* considerada *sagrada* por esse movimento político e social, que já conta com quase dois séculos de existência. Além disso, traça a genealogia dessas acusações, analisando o seu desenvolvimento ao longo das quase cinco décadas transcorridas, com o objetivo de servir de referência para os estudos académicos que provavelmente serão realizados entre agora e o próximo ano, quando se completará o quinquagésimo aniversário do calvário. Para além das críticas pela inibição dos agentes então presentes perante a violência ocorrida, a principal acusação obedece ao sustentado pelo general Sáenz de Santa María, que era o chefe do Estado-Maior da Guarda Civil quando ocorreram os trágicos acontecimentos.

Resumen: Este artículo determina el estado de la cuestión respecto a las acusaciones contra la Guardia Civil por los hechos ocurridos en Montejurra en el año 1976, que se saldaron con dos muertos, en el curso de la tradicional romería carlista que desde 1939 se celebra en la considerada *montaña sagrada* de tal movimiento político y social, que cuenta ya con una antigüedad cercana a los dos siglos. Asimismo, elabora la genealogía de tales inculpaciones, analizando su desarrollo a lo largo de las casi cinco décadas transcurridas, con el objetivo de servir de referencia a los estudios académicos que previsiblemente se harán de aquí al próximo año, cuando se cumpla el quincuagésimo aniversario del viacrucis. Más allá de los reproches por la inhibición de los agentes entonces allí presentes ante la violencia habida, la principal acusación obedece a lo sostenido por el general Sáenz de Santa María, quien fue el jefe del Estado Mayor de la Guardia Civil cuando ocurrieron los trágicos hechos.

Palavras-chave: Carlismo, Tradicionalismo, Guardia Civil.

Palabras clave: Carlismo, Tradicionalismo, Guardia Civil.

ABREVIATURAS

CT: Comunhão Tradicionalista

ETA: Euskadi Ta Askatasuna, País Basco e Liberdade

HOAC: Irmandade Operária de Ação Católica

PC: Partido Carlista

PCE: Partido Comunista de Espanha

UNE: União Nacional Espanhola

1. INTRODUÇÃO

As consequências letais do que aconteceu em 9 de maio de 1976 em Montejurra são conhecidas: duas pessoas, Aniano Jiménez Santos, um militante antifranquista de 40 anos, membro da Irmandade Operária da Ação Católica (HOAC), e Ricardo García Pellejero, um trabalhador de 20 anos sem filiação política conhecida, morreram devido a ferimentos de bala. A partir daqui, reina a discrepância sobre tudo o resto, especialmente sobre as causas de tal violência e sobre os apoios recebidos pelos contendores, embora alguns neguem até mesmo o facto de que uma das duas partes antagónicas tenha lutado. A obscuridade sobre o que aconteceu chega ao ponto de não ter sido possível precisar outros detalhes básicos de qualquer relatório, como o número exato de feridos, cerca de vinte, três deles também por bala.

Não é objetivo deste artigo tentar resolver tais incógnitas. Apenas precisar como os meios de comunicação e a bibliografia entenderam o trabalho realizado pela Guarda Civil, destacada dias antes na *montanha sagrada*, estabelecendo uma genealogia sobre o assunto, na qual ocupa um lugar de destaque o mantido pelo então coronel José Antonio Sáenz de Santa María.

Como passo prévio, é necessária uma introdução sobre o carlismo e os seus três princípios ideológicos: o integrismo, o tradicionalismo e o legitimismo, colocando o foco de atenção nas divisões no seu seio. Se o legitimismo nasce em 1833 com a morte de Fernando VII, quando se inicia a disputa dinástica entre *isabelinos* e carlistas, os dois ramos borbónicos enfrentados, o tradicionalismo tem a sua origem no *Manifiesto dos persas* de 1814, carta de apresentação de um reformismo moderado, frente às pretensões dos integristas *apostólicos*, cuja expressão mais virulenta só chegaria em 1827 com a revolta contra o rei dos *malcontents*. (Lluís e Navas, 1967) Ao longo dos séculos XIX e XX, os seguidores desses três princípios protagonizariam divisões e disputas internas, acompanhadas em muitos casos de violência, especialmente quando a derrota voltava a acompanhar a sorte carlista. Foi assim no final da Guerra dos Sete Anos (1833-1840), quando os tradicionalistas (*marotistas*) fuzilaram seis *apostólicos* em Estella (Ferrer, 1957, p. 18) e quando os integristas assassinaram o legitimista Carlos de Espanha; (Ferrer, 1958, pp. 65-69) e após a Guerra dos Quatro Anos (1872-1876), quando os integristas se dividiram, chegando às mãos com os legitimistas no teatro Olimpo de Barcelona. (Canal, 2000, p. 231) Após a Guerra Civil (1936-1939), apesar de ter sido a única ocasião em que as forças carlistas venceram uma contenda armada, o carlismo foi decapitado pelo novo regime militar liderado por Franco, impedindo-o de capitalizar tal vitória e, em definitivo, *perdendo a paz*. (Brioso, 2001) O desânimo carlista traduziu-se em 1945, em Pamplona, num incidente violento, com um ferido a bala num confronto entre *carloctavistas* (tradicionalistas colaboradores de Franco) e os legitimistas *javieristas* que mostravam uma atitude antifranquista. (Villanueva, 1997) Em 1957, no hotel Menfis, em Madrid, a polícia teve de intervir numa briga entre *javieristas* e carlistas *juanistas*, estes últimos partidários de Juan de Borbón, a quem atribuíam os direitos carlistas legítimos, apesar de pertencer, como filho de Alfonso XIII, ao *odiado* ramo rival dos Bourbons que tinha abraçado o liberalismo, inimigo secular dos carlistas. Dois anos depois, os carlistas *juanistas* iriam a Estoril para reconhecê-lo como legítimo rei carlista, sendo conhecidos desde então como *estorilos*. (Vázquez de Prada, 2006) Em 1957, José María Valiente, chefe da Secretaria designada por Javier de Bourbon Parma para dirigir o carlismo, sofreu uma grave agressão em Madrid às mãos de um intransigente antifranquista (*sivattista*), que lhe desferiu dois golpes na cabeça com um cassetete de ferro, devido à sua política

colaboracionista com o franquismo, com a qual o *javierismo* pretendia concorrer na corrida que então se iniciava para suceder a Franco na chefia do Estado. (Martorell, 2014, p. 114) Em 1958, no Mosteiro de Irache, aos pés de Montejurra, três dirigentes *estorilos* foram agredidos e espancados por *javieristas*. E em Madrid, as instalações de um boletim *juanista* foram assaltadas, com uma dúzia de feridos e um veículo incendiado. (Lavardín, 1976, pp. 58 e 68) Um ano depois, em Montejurra, espancaram Mauricio de Sivatte, que acabara de oficializar a sua dissidência do *javierismo*. (Vázquez de Prada, 2011) Em 1968, Roberto Bayod Payarés, líder dos *cruzadistas*, foi agredido em Estella por legitimistas *javieristas*, tendo-se também verificado incidentes na esplanada do Mosteiro de Irache com exibição de pistolas. (García Riol, 2015, pp. 120-122) Tudo isso mostra o nível secular de confronto violento no seio do carlismo em relação às suas dissidências.

Os *javieristas* iniciam em 1969, quando Franco designa Juan Carlos de Bourbon como sucessor, um caminho de renovação ideológica auspiciado pela autoridade dinástica dos Bourbon Parma e fundamentado no princípio legitimista, que leva em poucos anos a abraçar um socialismo autogestionário, fundando o Partido Carlista (PC) e abandonando a denominação secular de Comunhão Tradicionalista (CT), (Caspistegui, 1997, pp. 217-227), ao mesmo tempo que expurgavam os tradicionalistas e integristas. (García Riol, 2015, pp. 94-117) Em 1975, Javier abdica dos seus direitos em favor do seu primogénito Carlos Hugo. Meses antes, o PC tinha-se integrado na Junta Democrática de oposição ao franquismo, juntamente com o Partido Comunista de Espanha (PCE), (Brioso, 2001) levando ao auge o desentendimento entre o regime e os Bourbon-Parma, mas tal animosidade era palpável desde 1968, quando os membros da dinastia foram expulsos de Espanha. A animosidade de Franco em relação aos Bourbon-Parma era muito anterior, como demonstra o exílio de Fal Conde, chefe delegado da CT, em 1937. Em 1964, Franco convocou vários ministros, entre eles Manuel Fraga, então titular da Informação e Turismo, para ordenar-lhes que vigiassem Carlos Hugo, dizendo-lhes a respeito da carreira sucessória: «Este senhor não vai a lado nenhum... peço-vos que tomem nota e que cada um, no seu setor, faça o possível para esclarecer isso». (Fraga, 1980, p. 125)

A organização do ato de Montejurra, o mais relevante de todos os eventos carlistas anuais, cabia à Hermandad de Caballeros Voluntarios de la Cruz (Irmandade dos Cavaleiros Voluntários da Cruz), formada por requetés da Guerra Civil, sendo habitual a presença na romaria de *javieristas*, *carloctavistas*, *estorilos*, *sivattistas* e *cruzadistas*; ou seja, de todas as sensibilidades carlistas, fossem elas legitimistas, tradicionalistas ou integristas. Desde 1954, ano em que foi inaugurado um novo via-crucis com cruzeiros e bases de pedra, deixando de ser um evento de concentração local e adquirindo uma dimensão nacional com peregrinos vindos de toda a Espanha (Santa Cruz, 1988, pp. 93-95) e, sobretudo, a partir de 1958, um ano depois de Carlos Hugo se apresentar no cume como príncipe das Astúrias, a concentração atingiu níveis enormes de participação, com 98 000 pessoas no último ano mencionado. (Vázquez de Prada, 2016, p. 85) Em 1964, ainda havia 70 000 participantes. Um número que começou a diminuir substancialmente nos anos seguintes, coincidindo com o crescente controlo *javierista* da Irmandade, formalmente através da Junta Regional Carlista de Navarra. Nesse processo, o ato religioso e comemorativo em memória dos mortos foi adquirindo um intenso tom político. Em 1976, relegando a junta navarra, o ato foi organizado diretamente por uma Comissão Organizadora do País Basco, controlada exclusivamente pelos *carlohuguinos*, que angariaram fundos económicos e conceberam o serviço de ordem, bem como as faixas e bandeiras (Caspistegui, 1997, pp. 290-295), convidando uma dezena de formações

políticas antifrancistas, entre elas a Euskadi Ta Askatasuna (ETA) político-militar, que enviará a sua representação, conforme revelou Carlos Carnicero, então secretário federal do PC, numa comunicação pessoal com o subscritor, entrevista realizada em Madrid a 10 de fevereiro de 2025.

Em 9 de maio de 1976, cinco meses após a morte do ditador e a proclamação de Juan Carlos I como rei, foi realizada a cerimónia organizada pelos *carlohuguinos*, à qual compareceram apenas cerca de 5.000 pessoas. (Caspistegui, 1997, p. 314). Destas, cerca de 600 responderam ao apelo do setor mais tradicionalista e integristas dos *javieristas*, sob a liderança de Sixto Enrique de Borbón Parma, que se tinha proclamado Porta-Bandeira da Tradição perante a *traição* do seu irmão mais velho Carlos Hugo, agrupados sob uma CT renascida. (Martorell, 2023) Aqui, apenas para efeitos numéricos, seria necessário contabilizar os *cruzadistas*, também presentes, bem como os *sivattistas* ainda existentes. (Senent, 2004, p. 172) Os *sixtinos* tinham apresentado a sua presença como uma *Operação Reconquista* de Montejurra, que arrebataria a *montanha sagrada* aos *carlohuguinos*. Além disso, algumas dezenas de tradicionalistas *estorilos*, entre os quais havia personalidades conhecidas que ocupavam cargos relevantes no regime, agrupados na União Nacional Espanhola (UNE), uma das associações políticas legais criadas no final do franquismo, como Juan María de Araluze, presidente da Diputación de Guipúzcoa e membro do Conselho do Reino, que seria assassinado pela ETA militar, que o acusaria infundadamente de ser um *sixtino*. Também da UNE e do Conselho do Reino, mas mais próximo do porta-estandarte Sixto Enrique do que do rei Juan Carlos, estava em Montejurra Antonio María de Oriol, presidente do Conselho de Estado, membro de uma renomada família *estoril*, que abandonou então a causa da dinastia *juanista* após as primeiras medidas do novo monarca. (Echevarría, 2024, pp. 25, 36-37 e 514-515) Da mesma forma, pertencia à UNE o *sixtino* Ramón Merino López, também presente na montanha. Não em vão, a UNE tinha-se forjado numa homenagem a Ramiro de Maeztu, o impulsor da revista *Acción Española*, concebida na década de 1930 como aglutinadora dos monárquicos seguidores das duas dinastias e impulsora da renovação ideológica da direita num conceituado neotradicionalismo. (González Cuevas, 1998, p. 67)

2. A APATIA DA GUARDA CIVIL

A comissão *carlohuguina* que organizou o ato de Montejurra solicitou autorização para a habitual romaria ao Governo Civil de Navarra. Tratava-se, portanto, de um ato conhecido pelo regime, que além disso tinha informações detalhadas sobre as implicações que acarretava, como reflete uma nota da Brigada Geral de Segurança da polícia do dia 8 de maio, onde se dizia:

O Partido Carlista prevê as medidas adequadas para reprimir com energia qualquer tentativa de sabotagem dos atos pelos partidários de D. Sixto Enrique de Borbón Parma, que, segundo os carlistas, ajudado pelas autoridades, se apresentará em Montejurra acompanhado por um *grande número de pistoleiros e guerrilheiros oficiais* para impedir ou sabotar o referido ato. (...) Em conferências de imprensa posteriores, o regime será responsabilizado (...) por quaisquer acontecimentos sangrentos que possam ocorrer este ano em (...) Montejurra. (Caspistegui, 1997, p. 347)

Os jornais insistiram que a Guarda Civil agiu naquele dia com «exquise imparcialidade», (Zuloaga e Zuloaga, 1976) como assinalou a *Voz de España*, «ajudando a separar os grupos» rivais, (Uranga, 1976a) tal como afirmou o *Diario de Navarra* e a *Unidad*. (Zuloaga, 1976) O *Pensamiento Navarro* insistiu na «atitude passiva», apesar de «a presença da Guarda Civil ser numerosa», (Indave, 1976a) contando com dois helicópteros para controlar visualmente a zona, embora limitada, especialmente no cume, porque as condições meteorológicas daquele dia não eram as melhores: nevoeiro e chuva como recordou o *El Diario Vasco*, que destacou que «os partidários de D. Carlos Hugo e D. Sixto se enfrentaram». (Peña, 1976) A existência de dois bandos e do «confronto» tinha sido anunciada pelo jornalista Fernando Ónega no *La Voz de España* no mesmo dia 9 de maio (Ónega, 1976a), num artigo anterior ao ato, que *Arriba* distribuiu entre os jornais do Movimento. (Ónega, 1976b) Mas, uma vez ocorridos os factos, foi sem dúvida *El País* o jornal mais explícito neste sentido, assinalando na primeira página: «Após cem anos, a história voltou a repetir-se. Duas facções carlistas enfrentam os irmãos Carlos Hugo e Sixto Enrique de Borbón y Parma». (Cebrián, 1976a) Também o *Diario de Barcelona* insistia nisso: «As múltiplas cisões que o Carlismo registou na sua (...) história polarizam-se hoje numa facção (...) socialista e autogestionária e noutra que adota métodos ultramontanos e integristas. Duas formas irreconciliáveis de entender uma ideologia». (Pernau, 1976a) O próprio ministro do Interior, Manuel Fraga, atribuiu os acontecimentos ocorridos em Montejurra a uma briga entre irmãos (Canal, 2000, p. 385), o que foi rapidamente refutado por Jordi Solé Tura no *Mundo diario*: «Não se trata, portanto, de duas facções que se enfrentam violentamente, mas de uma multidão de pessoas que querem manifestar de forma pacífica e ordeira as suas aspirações democráticas e de um bando armado que provoca e ataca». (Solé, 1976) Foi também o *El País* que, no seu editorial, exigiu responsabilidades:

Como é possível que o Governo Civil de Pamplona (...) tenha permitido (...) a existência de um numeroso grupo armado no cume da montanha durante todo o fim de semana? (...) É incompreensível que cinquenta pessoas com metralhadoras estivessem na montanha (...) e o Governo não soubesse. (...) Solicitamos que o Governo esclareça as circunstâncias (...): quem e quantos compunham os bandos armados que tomaram o cume, se os partidários de ambos os grupos carlistas dispararam ou apenas os de um (...); razões pelas quais (...) não houve detenções. (Cebrián, 1976b)

Pedido de responsabilização ao qual se juntaram outros jornais, como *La Voz de España* (Zuloaga e Zuloaga, 1976), *El Pensamiento Navarro* (Indave, 1976b) e *Diario de Navarra*, que lembrou ter alertado dias antes sobre as «consequências dolorosas» da «sangrenta reconquista de Montejurra». (Uranga, 1976b) Também revistas, como *Gaceta Ilustrada*: «não se conseguem explicar as razões pelas quais a Guarda Civil se manteve inerte perante os sangrentos acontecimentos». (Gómez Mardones, 1976) *Cuadernos para el diálogo* expressou a sua surpresa pelo facto de não ter havido detenções dos que dispararam, perguntando-se «quem os armou?». (Altares, 1976) Da mesma forma, *Triunfo* (Elordi, 1976a), que relatava assim o que aconteceu no cume de Montejurra: «Oito ou nove tiros de pistola. Uma rajada curta de metralhadora. (...) Há quatro feridos a bala, um praticamente morto [Pellejero], com um tiro no peito, muito perto do coração». (Elordi, 1976b)

Obviamente, o PC também exigiu responsabilidades. Naquele mesmo dia, após descer do viacrucis inconcluso, o seu secretário-geral, José María de Zavala, menosprezava os *sixtinos*, atacando os *estorilos*, e criticava Juan Carlos I, a quem considerava o verdadeiro rival de Carlos Hugo e instigador do que aconteceu em Montejurra: «Houve sangue carlista derramado (...) [por] aqueles que dizem estar a defender a Tradição, (...) a Religião, e que na verdade são aqueles que estão ao lado da oligarquia capitalista que sempre lutou contra o Carlismo, a monarquia liberal capitalista». (Uranga, 1976c)

A estratégia *carlohuguina* passava, portanto, por implicar a monarquia rival, seja através do Governo Arias, do qual Fraga era vice-presidente, seja através dos *estorilos* da UNE, presentes em Montejurra, ignorando os *sixtinos*. O PC recorreu à imprensa através do procurador nas Cortes Gabriel de Zubiaga Imaz. Em declarações à Tele/eXpres, Zubiaga, que estivera presente em Montejurra em 1976, sustentava que o governo «sabia que algo estranho se estava a preparar» e questionava-se sobre o que faziam em Montejurra vários dirigentes da UNE, como Araluce e José Luis Zamanillo (Angulo, 1976), um histórico da secular CT, delegado nacional dos Requetés na guerra, mas que havia abandonado a disciplina *javierista*, passando para os *estorilos*. Tais declarações foram o ponto de partida genealógico das acusações que analisamos. Foram recolhidas pela primeira vez historiograficamente num livro intitulado *Montejurra 76*, publicado nesse mesmo ano, cujos autores eram Josep Carles Clemente Balaguer e o fotógrafo do *Diario de Barcelona* Carles Sánchez Costa, autor das instantâneas visuais do que aconteceu. O jornalista e historiador Clemente fazia parte do pequeno núcleo de dirigentes próximos a Carlos Hugo — a *camarilha*, como foi denunciada pelos seus opositores — e era responsável pela renovação historiográfica do carlismo, que consistia em apresentar este movimento como socialista desde as suas origens, desprezando os seus princípios tradicionalistas e integristas; historiografia que recebeu o nome de *neocarlista*. Nessa primeira abordagem aos acontecimentos de Montejurra, admitia-se plenamente a existência de dois bandos opostos nos acontecimentos ocorridos nas imediações do Mosteiro de Irache, onde Aniano Jiménez ficou gravemente ferido, embora se insistisse no facto de que a Guarda Civil não tivesse efetuado detenções nesse mesmo dia. Segundo relata Sánchez, «os carlistas empunharam os famosos bastões grossos, que são vendidos para a Via Sacra. Os *sixtinos* sacaram (...) os seus cassetetes», envolvendo-se numa briga:

Os primeiros feridos aqueceram outros, em ambos os bandos. (...) À minha direita, vi sair, lançado, aquele que viria a ser don Aniano Giménez [Jiménez] Santos. Ele carregava um bastão e dirigia-se aos *sixtinos*. Foi atingido no caminho por uma bala (...). Quase um minuto antes do disparo, vi como o *encapuzado* dizia algo ao *homem de gabardina*. Aniano Giménez [Jiménez] dobrou-se sobre si mesmo (...). Da segunda linha, os carlistas tentaram uma carga com bastões que foi detida pela pistola que o *homem de gabardina* continuava a exhibir. Optaram por dirigir-se aos guardas, que já tinham saído do *jipe*. Ouvi um jovem dizer-lhes: «Porque não intervêm? Não vêem que há uns tipos com pistolas?». O cabo primeiro da equipa decidiu-se. Arriscando a vida, interpôs-se na linha de fogo, levantando os braços, num dos quais trazia a sua submetralhadora regulamentária. *Não disparem!*, ouvi-o dizer. Imediatamente, deu ordem aos seus homens para se colocarem no meio, com as armas apontadas na direção de onde vinha o disparo. (...) Finalmente, sem que se fizesse n m detenção, fugiram também o grupo de agressores. (Clemente e Sánchez, 1976, pp. 109-111)

A tripulação daquele *jipe* era composta por quatro guardas e o *homem de gabardina* era José Luis Marín García-Verde, que foi detido pela Guarda Civil a 15 de maio e colocado à disposição do juiz de Estella, que decretou a sua prisão. (Pernau, 1976b) Marín García-Verde era um comandante reformado, tinha sido requeté na Guerra Civil, chefe provincial dos Requetés de Huelva até 1965 e era membro de uma família carlista de renome com destacados dirigentes na secular CT. (AGUN, *Fundo Manuel Fal Conde*)

O PC manteve uma tripla linha de ação: por um lado, a mais política, protagonizada pelo procurador Zubiaga, que apresentou uma interpelação ao governo nas Cortes em 26 de maio; (Miralles, 2023, p. 548) por outro lado, a mais judicial, através da interposição de uma queixa por parte dos familiares das vítimas a 31 de maio, (Caspistegui, 1997, p. 348) dirigida pelos advogados *carlohuguinos* Juan Francisco Martín de Aguilera e José Ángel Pérez-Nievas; (Clemente, 1992, pp. 983-988) e, por último, encarregou um grupo de doze carlistas e outros ativistas antifrancistas presentes em Montejurra a 9 de maio de investigar o que aconteceu, com a intenção de fornecer informações às outras duas partes e também à imprensa. (Purroy, 1976) Todos eles fiscalizaram a atuação da Guarda Civil em Montejurra.

A interpelação de Zubiaga foi tornada pública a 10 de janeiro de 1977, após meses de adiamentos por parte das Cortes presididas por Torcuato Fernández-Miranda, o cérebro *juancarlista* da transição democrática. O procurador formulou onze perguntas ao executivo de Arias Navarro, vice-presidido por Fraga, que não foram respondidas. (Montoliú, 1977) Entre elas, conforme consta no *Boletim Oficial das Cortes Gerais* de 23 de junho de 1976:

Se desde a fundação da Irmandade (...) sempre houve fortes contingentes da Guarda Civil, em todo o percurso (...) e no topo da montanha, que razões especiais do governo houve este ano para que, pela primeira vez, a Guarda Civil não cobrisse mais do que a esplanada de Irache [onde fica o mosteiro], quando havia mais gente do que em outros anos e eles estavam reforçados por um grande número de Polícias Armados.

«Tendo ocorrido disparos de arma de fogo (...) na presença de agentes da Autoridade, que ordens e provenientes de quem, tinham esses agentes para não procederem a nenhuma detenção». «Quem e por que motivo deu ordem à Guarda Civil presente no local, que, ignorando as (...) denúncias contra pessoas que, em atitude desafiadora (...) e portadoras de armas, (...) nem as detivessem, nem as identificassem». «Dias antes dos acontecimentos, a Guarda Civil conhece e protege a presença de D. Sixto em Irache [no hotel, a um quilómetro e trezentos metros do mosteiro], que está rodeado de pessoas armadas», assinalava o procurador, que acrescentava outro pormenor, já divulgado pelos meios de comunicação social: «Na noite de 8 para 9 de maio, alguns jovens carlistas sobem ao topo do Montejurra e são maltratados (...). Quando conseguiram escapar e comunicar os factos à Guarda Civil, esta detém-nos e só os liberta na noite do dia 9». «Em Irache [no hotel] aparecem pistolas, metralhadoras e uma metralhadora com tripé; há [no topo do Montejurra] tiros, feridos e mortos [na realidade, um e um morto], e não há um único detido, nem cai nas mãos da (...) Autoridade, nem uma única arma», acrescentava, lamentando que «o Governador Civil de Navarra é informado (...) dias antes (...) por membros destacados do Partido Carlista da presença de pessoas armadas em

Irache [hotel] e no cume do Montejurra, limitando-se a responder que não tem ordens para agir». E perguntava: «Se o que aconteceu em Montejurra foi um confronto entre carlistas, como disse um membro do Governo, diga-nos: que papel desempenharam lá D. Juan María Araluce (...) e D. Antonio María de Oriol».

Coincidindo com a divulgação na imprensa do conteúdo da interpelação de Zubiaga, como fizeram *Triunfo* (Salabert, 1977) e *El País* (Montoliú, 1977), surgiram nos meios de comunicação investigações jornalísticas sobre os acontecimentos de Montejurra, alimentadas por informações fornecidas pela equipa que tinha organizado o PC. Assim, o semanário *Opinión* centrou a sua atenção no financiamento da *Operação Reconquista*, apontando a UNE e mencionando várias contas correntes de Antonio María de Oriol e Juan María Araluce — assassinado pela ETA quatro meses antes —, a quem acusava de estar «politicamente» por trás do que aconteceu, sem deixar de mencionar Fraga, sobre quem afirmava que «tinha chegado a um acordo de proteção à Operação Reconquista, retirando-se no final diante do rumo que os atos estavam a tomar, dada a escassa afluência de reconquistadores» *sixtinos*. Estes contavam com a presença de fascistas italianos, citando o semanário Augusto Cauchi e Stefano delle Chiaie. Em relação à Guarda Civil, recordava o que aconteceu nas imediações do Mosteiro de Irache: «um posto de guarda civil sob o comando do cabo de Azagra [localidade navarra da merindad de Estella] não interveio em apoio ao ataque ultra, pelo que publicações como *Brújula* e *Fuerza Nueva* chegaram a falar de *traição*». Antes do disparo contra Aniano Jiménez, a carlista Etelvina Lamana exigiu que a Guarda Civil interviesse contra os *sixtinos*. «Um guarda respondeu-lhe: *Enquanto não dispararem...*». A inibição da Guarda Civil também foi explicada por uma conversa entre o governador civil, José Luis Ruiz de Gordoia, e Fernández de la Mora, presidente da UNE, na qual o primeiro teria assegurado ao segundo: «Não haverá problemas, a Guarda Civil tem ordens para não intervir». O semanário limitava as funções deste corpo de segurança à proteção de Sixto Enrique e a impedir que autocarros e carros sem o distintivo *sixtino* pudessem chegar aos campos de Ayegui e Irache com o objetivo de diminuir a presença *carlohuguina* na romaria. Mas, «os carlistas [carlistas], no final, puderam passar nos seus autocarros por estradas não controladas, e a verdade é que a Guarda Civil, perante a afluência maciça, não chegou a intervir a favor de nenhum dos lados». (Landaburu, 1977)

Cambio 16 dedicou duas reportagens, nas quais apontava contra Antonio María de Oriol e seu irmão Lucas María, com base em «fontes próximas ao Partido Carlista»: «Os Oriol foram os responsáveis por preparar a apresentação pública de Sixto na Espanha». «Os Oriol enquadraram-se ideologicamente na linha *juanista* [estorila] do carlismo», colaborando «estritamente com o regime» franquista, acrescentava. «Anos mais tarde, em 1972, sentem o desejo de se conectar com Sixto Enrique de Borbón Parma, através da cisão à direita do Partido Carlista, que ocorre nesse mesmo ano, protagonizada por (...) José Arturo Márquez de Prado, considerado o braço direito de Sixto em Espanha», acrescentava o semanário, explicando por que razão uma família *estorila* desde 1959, quando se formou essa corrente carlista, abraçava agora a causa *sixtina*. Além disso, a acusação contra a UNE estendeu-se a outro dos seus membros, o *sixtino* Eugenio Mazón Verdejo, secretário-geral dos Correios, sobre quem o semanário indicava que se tinha deslocado no dia 6 de maio ao gabinete de Fraga, garantindo que levariam mais de 5000 efetivos a Montejurra. Segundo a reportagem jornalística, Fraga «prometeu-lhes que colocaria forças d m a Guarda Civil na esplanada, com a ordem de que ninguém que não tivesse o distintivo correspondente pudesse passar». (Oneto, 1977a)

A garantia de que em Montejurra haveria uma poderosa massa de seguidores de Sixto, (...) capazes de ridicularizar os militantes do partido carlista, foi uma das garantias solicitadas pelo Ministério do Interior para prestar o seu apoio. Tratava-se de desacreditar o carlismo e deixar os seguidores de Carlos Hugo em situação de derrota. (Oneto, 1977b)

Cambio 16 também colocava o foco de atenção em outro membro da UNE, o *sixtino* Ramón Merino, em cujo nome o Governo Civil de Navarra reservou 20 quartos no Hotel Irache. (Oneto, 1977a) Para o semanário, «enquanto Merino se ocupava de coordenar a alta política da operação, José Arturo Márquez de Prado (...) preparava a parte *bruta* da montagem (recrutar pessoas e organizar as forças de choque)». (Oneto, 1977b)

3. AS ACUSAÇÕES DO RELATÓRIO MONTEJURRA

Coincidindo com a ofensiva na imprensa, os advogados carlistas dos familiares também apresentaram um recurso contra a conclusão do inquérito judicial pelos factos de Montejurra 76, que tinha sido proferida pelo Tribunal de Instrução 21 de Madrid, que herdara o caso do Tribunal de Ordem Pública, que por sua vez o tinha recebido do juiz de Estella. (Cebrián, 1977) Nesse recurso, os advogados Martín de Aguilera e Pérez-Nievas expuseram os factos violentos ocorridos nas imediações do Mosteiro de Irache e no cume de Montejurra, explicando os primeiros como um ataque dos *sixtinos*, acompanhados por fascistas, contra os «peregrinos». O objetivo evidente de todos eles era expulsar os peregrinos (...), para em seguida apoderarem-se da Via Crucis». Em relação aos segundos, o recurso lembrava que os *sixtinos* se tinham fortificado ali desde a noite anterior, disparando contra os romeiros. (Clemente, 1992, p. 984-985) Em ambos os factos, José Arturo Márquez de Prado, tenente de Sixto Enrique e antigo delegado nacional dos Requetés *javieristas*, teve um papel de destaque. Pepe Arturo, como era conhecido, deu uma entrevista em 8 de setembro de 2009 a Margarita Suárez de Lezo, da CT, na qual admitiu ter estado no cume a comandar os *sixtinos* ali presentes, mas negou ter ordenado que disparassem contra os *carlohuguinos*. Ele também reconhece ter se encontrado com o general Ángel Campano, então diretor-geral da Guarda Civil (Suárez de Lezo, 2009). Pepe Arturo, junto com Marín García-Verde e Francisco Carreras Mouriño, ficaram presos enquanto o processo era julgado, saindo da prisão antes do final de 1976. (Oneto, 1977b) Na nova queixa, Oriol e Araluce já não eram relacionados com os factos, embora Merino continuasse a sê-lo, apesar de se advertir que «não foi investigada a presumível responsabilidade dos principais dirigentes da associação política UNE». «Também não (...) [a] de determinadas autoridades, em especial do então ministro do Interior Manuel Fraga, do diretor-geral da Guarda Civil, general Campano, e dos governadores civis de Navarra [Ruiz de Gordo] e Logroño», acrescentava o recurso contra o encerramento do inquérito (Cebrián, 1977). Merino, segundo Miguel Ayuso Torres, que seria chefe da Secretaria Política de Sixto, numa entrevista com o autor desta comunicação, realizada em 7 de julho de 2025, era um homem de total confiança de Pepe Arturo e, como este, membro da nova CT, além de fundador da secção local madrilenha da UNE.

Em relação a Araluce, a ETA havia incluído em seu *Zutik* de novembro a denúncia do procurador Zubiaga à *Tele/eXpres* e a acusação de que o presidente da Diputación de Guipúzcoa havia «subsidiado Roberto Pallals [sic, Roberto Bayod Payarés], membro dirigente destacado dos guerrilheiros de Cristo Rey [na realidade, dirigente da Associação Carlista de Cruzados Voluntários], com um cheque de 6 milhões», implicando-o num

crime de corrupção com a Telefónica, o que se provou ser falso. (Echevarría, 2024, pp. 92-95) No entanto, tal acusação persistiu no trabalho realizado pela equipa de investigação carlista, que tinha fornecido informações aos meios de comunicação social e que publicou os seus resultados coincidindo com o primeiro aniversário dos acontecimentos de Montejurra, numa livraria de Bayona (França). *O Relatório Montejurra 76*, mais conhecido como o *Livro Negro* devido à cor da sua capa, foi distribuído em Espanha a partir de maio de 1977 em condições de clandestinidade. Também de anonimato dos seus autores. (Purroy, 1977)

O *Livro Negro* voltava a acusar os dirigentes da UNE Oriol e Araluce, imputando-lhes terem financiado a *Operação Reconquista*, embora chamasse sistematicamente Juan María Araluce de José María. (Echevarría, 2024, pp. 92-94) Em contrapartida, sobre o *sixtino* Merino, limitava-se a indicar que os quartos do hotel Irache foram reservados em seu nome. (Anónimo, 1976, pp. 28 e 41) Sobre Fraga, o *Relatório Montejurra 76* considerava que o então ministro do Interior, acompanhado pelo general Campano, tinha celebrado, na Semana Santa, no seu gabinete oficial, uma cimeira tradicionalista, com a presença de Sixto Enrique e de dois membros da UNE (Oriol e Zamanillo), para discutir os aspetos táticos da *Operação Reconquista*. E quinze dias antes de 9 de maio, outra na «fazenda Las Begoñadas» [sic, na verdade na localidade soriana de Las Derroñadas, numa propriedade da família García-Verde; num novo erro do *Livro Negro*], na qual Pepe Arturo já teria estado, mas apenas Zamanillo teria participado pela UNE. O interesse em envolver a associação política levou o panfleto *carlohuguino* a destacar o trabalho propagandístico do líder da UNE, o *juanista* Fernández de la Mora, que nos dias anteriores realizou um comício em Pamplona «criando um ambiente para reconquistar Montejurra», qualificando a operação como uma «cruzada». (Echevarría, 2024, pp. 96-101)

Em relação à Guarda Civil, o *Relatório Montejurra 76* sustentava que, em 4 de maio, um Land Rover chegou ao Hotel Irache, do qual foi descarregada uma metralhadora MG-42, na presença de um grupo de agentes. A 8 de maio, o general Campano visitou Estella, reunindo-se com Sixto Enrique. A 9, a Guarda Civil impede que os passageiros de autocarros sem distintivo se aproximem do mosteiro. Por volta das 10h00 da manhã, os *sixtinos*, acompanhados por fascistas, chegam à esplanada do mosteiro vindos do Hotel Irache. Eles atacam o serviço de ordem *carlohuguino*: «recuperando-se dos primeiros segundos de surpresa, os carlistas reagem (...), empunhando seus bastões de montanha, buscando o corpo a corpo. O choque é terrível». Aniano Jiménez, «que havia participado ativamente na resposta à agressão», chama Marín García-Verde de «covarde», e este atira nele. Os guardas civis do Land Rover «testemunharam todos os factos imperturbáveis». Os agentes «dizem que não podem fazer nada». «Acreditamos que esta atitude invulgar é a prova mais fiável das ordens que a Guarda Civil tinha recebido, a prova mais clara da cumplicidade governamental na manobra sixtina», interpreta o *Livro Negro*. «O Cabo Primeiro (...) coloca-se entre os dois grupos (...), deixando os fascistas partirem livremente (...) sem ter identificado ninguém», acrescenta. Depois disso, os *carlohuguinos* dirigem-se ao campo de Ayegui, juntamente com os que lá estavam, para iniciar a subida ao Montejurra. Às 11h00, a cabeça da procissão da Via- e já se encontra à altura da décima cruz, onde os *sixtinos* montaram uma barreira para impedir o acesso ao cume próximo. Às 11h20, após ser respondido com vaias, um proclama lançado do cume dizia: «Atenção, carlistas, don Sixto vai falar com vocês!», seguido de tiros de pistola e da metralhadora MG-42. Ricardo García Pellejero fica mortalmente ferido e outras três pessoas são atingidas por balas: Bernarda Urra Pagola, na nádega, José Javier Nolasco Echeverría, no pé, e Jesús Vera Pardo, na virilha.

Os *carlohuguinos* com o seu pretendente desistem de alcançar o cume, enquanto os *sixtinos* fugiram por outro caminho, pela estrada dos canhões com os seus veículos e armas. Às 14h00, Oriol apresenta-se no Hotel Irache e pede um telefone para falar com o general Campano. (Anónimo, 1976, pp. 41-73)

A Lei de Anistia de 1977 isentou todos esses fatos de responsabilidade penal. O inquérito, que permaneceu sempre secreto, com cerca de 2.000 páginas, ficou perdido nos arquivos judiciais, sem que até o momento tenha sido encontrado. Em 5 de novembro de 2003, o Tribunal Nacional considerou Aniano Jiménez e Ricardo García Pellejero como vítimas do terrorismo. (Pérez-Nievas, 2003)

4. A ACUSAÇÃO DE SÁENZ DE SANTA MARÍA

Em 1998, o jornalista Santiago Belloch, irmão de quem tinha sido ministro da Justiça e do Interior até pouco tempo antes, publicou um livro intitulado *Interior: Os factos-chave da segurança do Estado no último quarto de século*. Nele, abordava os acontecimentos de Montejurra, embora contabilizasse três mortos e não dois, como tinha sido na realidade. Para o autor, era «inacreditável que tal concentração pública», com «grupos radicais de todos os tipos e origens», «tivesse ocorrido sem o conhecimento das Forças de Segurança e dos serviços de informação da Presidência do Governo». O jornalista conseguiu o testemunho do que tinha sido chefe do Estado-Maior da Guarda Civil, o agora general José Antonio Sáenz de Santa María. (Belloch, 1998, pp. 44-45) Belloch conseguiu que ele escrevesse à mão a sua declaração, aparecendo essa versão autografada como anexo no próprio livro. (pp. 671-681)

Estas são as suas contribuições: sobre Sixto, diz que era conhecido «pelas suas posições de carácter fascista», citando em seguida Pepe Arturo e Oriol, e até mesmo o general Campano como membros da facção carlista opositora a Carlos Hugo. Ele sustentava que todos eles mantiveram «a intenção genérica de *reconquistar Montejurra* e conseguiram que «o Governo Arias-Fraga levasse em consideração a proposta de organizar a operação tendente a tal *reconquista*». Portanto, Sáenz de Santa María sustentava que pelo menos o governo havia considerado tal iniciativa da CT.

Para tal, foram estabelecidos contactos entre organismos como o SECED (Serviço Central de Documentação da Presidência do Governo), antecessor do CESID, a Guarda Civil e os dirigentes do Partido Carlista [na realidade, a CT] anteriormente citados e o próprio Ministro do Interior, cujo titular era D. Manuel Fraga.

Para além do evidente desconhecimento do general, que o levava a falar de PC em vez de CT, as suas palavras escritas revelavam que tinha havido uma série de reuniões do governo e do seu serviço de inteligência com o grupo de Sixto Enrique.

O Governo, continuava o general, encarregou o SECED da propaganda do ato, que também entregou aos simpatizantes «bastões e cachavos [no original com letra b] com o objetivo, diziam eles, de facilitar a subida ao monte, mas na realidade para serem utilizados na agressão prevista». Quanto ao financiamento, Sáenz de Santa María responsabilizava exclusivamente Oriol. Em relação ao recrutamento de fascistas, o general não o atribuía nem ao SECED nem à própria CT, mas a grupos de extrema-direita

como a Fuerza Nueva e os Guerrilleros de Cristo Rey. Assim, citava «membros da Internacional Fascista italiana» e da Triple A, como Chiaie, Cauchi, Jean Pierre Cherid e «Rodolfo Almirón, posteriormente guarda-costas de D. Manuel Fraga». Para Sáenz de Santa María, tratava-se do «primeiro passo do que durante a Transição constituiu o núcleo das manifestações da chamada *guerra suja* antiterrorista». «Toda esta estrutura operou de alguma forma apoiada (...) pelos Aparelhos do Estado em todas as ações de luta antiterrorista durante os anos 70 e 80».

O general incluía também no seu escrito uma subsecção intitulada «Implicação da Guarda Civil», na qual indicava que esta era então dirigida pelo tenente-general Campano e subdiregida pelo general de divisão Salvador Bujanda. «Ambos eram membros do Partido Carlista, eram cunhados e mantinham uma estreita amizade com D. Arturo Márquez de Prado, principal dirigente do referido Partido Carlista». Para além do erro de confundir PC com CT, Sáenz de Santa María estava a implicar alguns militares numa filiação política.

Isso fez com que o Sr. Márquez de Prado estivesse nos dias anteriores (...) na Direção Geral da Guarda Civil (...) participando mesmo em reuniões do Diretor [Campano] com o seu Estado-Maior [dirigido por Sáenz de Santa María] e comandantes envolvidos na organização dos atos.

Pepe Arturo solicitou radiotelefonos transmissores e «metralhadoras». Aqui, Sáenz de Santa María atribuía a si mesmo o mérito de o ter impedido. Além disso, o general estava errado ao indicar que os dois mortos caíram quando os *carlohuguinos* que subiam a montanha se depararam com a barreira *sixtina* nas proximidades do cume e também quando atribuiu a morte de García Pellejero a Marín García-Verde.

Em 2004, um ano após a morte de Sáenz de Santa María, o jornalista Diego Carcedo publicou uma biografia deste, baseada em longas conversas que mantiveram quando já estava reformado, intitulada *Sáenz de Santa María. O general que mudou de lado*. Nela, o então tenente-general limitava o financiamento dado por Oriol ao «aluguer de autocarros, sanduíches e vinho que distribuíram, faixas e algumas centenas de cachimbos e bengalas». Em relação à Guarda Civil, Carcedo reproduzia o que aparecia no livro de Belloch, embora matizasse que Campano e Bujanda «não militavam no carlismo», embora «sim, fossem simpatizantes, obviamente do setor liderado por don Sixto». E oferecia mais revelações:

Campano antecipou-me que o plano contava com a bênção de Arias, Fraga e, naturalmente, do general Juan Valverde, diretor do CESED [sic, na verdade SECED]. Também me informou que alguns matões da extrema direita internacional iriam comparecer a , para, se necessário, assumir a parte mais suja do plano.

Na biografia de Carcedo, ao contrário do testemunho autógrafo do livro de Belloch, a Guarda Civil forneceu radiotelefonos aos *sixtinos*, mas «desde que fossem manuseados por guardas do serviço de transmissões... disfarçados de requetés; ou seja, usando boinas vermelhas e insígnias carlistas nas lapelas». (Carcedo, 2004, pp. 150-165)

5. AVALIAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA

Josep Carles Clemente, o iniciador da historiografia *neocarlista*, resume assim o que aconteceu em Montejurra: «Dois comandos integrados por pistoleiros do fascismo espanhol e internacional (...) matam a tiros dois carlistas», destacando «a impunidade com que os assassinatos foram cometidos e a passividade das Forças da Ordem Pública», citando Fraga e Campano. (Clemente, 1992, p. 536)

Joaquín Cubero Sánchez, outro cronista *neocarlista*, sustentou que tais acontecimentos faziam parte de uma estratégia de longo prazo, que remonta a 1964, para eliminar o PC. Para o autor, a Guarda Civil participou nessa abordagem com os controlos que realizou para reduzir o número de *carlohuguinos* presentes e com as ordens recebidas de não intervir nos confrontos. (Cubero, 1995)

Francisco Javier Caspistegui introduziu historiograficamente o facto do «confronto palpável no amplo seio carlista (...) de forma violenta, em grande parte produto da rivalidade entre as duas facções extremas do carlismo, mas também (...) pela apatia do Governo perante os sinais que se apresentavam». (Caspistegui, 1997, p. 348)

O jornalista e doutor em História Mariano Sánchez Soler sustentou que «todo o aparato do Estado se mobilizou para enterrar a verdade», destacando o papel de Fraga, Campano e Oriol, mas também, erroneamente, o de Araluce. (Sánchez, 2010, pp. 31-33)

O historiador Jordi Canal destacou três aspetos, sem mencionar expressamente a Guarda Civil. Primeiro, o processo de confronto crescente no carlismo. Segundo, a impunidade da extrema direita durante o governo Arias. E, finalmente, «os altos interesses do Estado em acabar com todos os possíveis obstáculos à consolidação da monarquia de Juan Carlos I». (Canal, 2000, pp. 385-386)

Para Josep Miralles Climent, o historiador que hoje em dia mais difunde a interpretação *neocarlista*, há um culpado claro: o Governo Arias, «instigador e autor direto da manobra». «Todos os dados (...) apontam para alguns setores do Governo e do Estado a serviço da nova monarquia imposta pelo ditador», citando Fraga, Campano, Oriol e «José María [sic, Juan María] Araluce». (Miralles, 2023, pp. 507-513)

A última monografia publicada, cujo autor é Juan Carlos Senent Sansegundo, salientou que havia «dois grupos, um de agressores e outro de agredidos», bem como «a inibição das forças policiais e da Guarda Civil». (Senent, 2024, pp. 182-187)

6. NOVOS DOCUMENTOS (POR ENQUANTO)

De 9 a 12 de janeiro de 2023, Manuel Martorell, jornalista e doutor em História com uma tese sobre a continuidade ideológica do carlismo, publicou uma série de artigos no *Diario de Navarra*, baseados em novos documentos que tinham sido fornecidos pelo PC. Esses documentos estavam guardados em duas pastas de cartão azul, muito comuns há anos em qualquer escritório e residência particular, que se encontram na posse do referido partido.

Para Martorell, esses documentos comprovam «que Montejurra 76 foi um plano do Estado contra o Partido Carlista», «com especial protagonismo de Manuel Fraga» e

com a colaboração da UNE dos irmãos Oriol e de Merino. Esses documentos são, segundo Martorell, relatórios, cartas e comunicações do Governo Civil de Navarra, quando era dirigido por Ruiz de Gordo. (Martorell, 2003a) Um deles, que aparece com um cartão de Fraga, informa de uma «ordem extraordinária» à Guarda Civil, prevenindo-a da violência que o PC poderia causar e instando-a a efetuar controlos rodoviários a partir de dois dias antes. (Martorell, 2003b) Para Ruiz de Gordo, a *Operação Reconquista* fracassou porque os *sixtinos* não tinham capacidade de mobilização, com apenas 600 seguidores em Montejurra. (Martorell, 2003c)

No passado dia 9 de maio, também Martorell divulgou na imprensa uma suposta chamada telefónica do *sixtino* Merino a Juan Carlos I, feita a partir do Governo Civil de Pamplona, na véspera dos acontecimentos de Montejurra. A fonte utilizada é uma carta póstuma do filho do governador, José Miguel, para quem o rei «estava a par de toda a trama». A carta, tal como as duas pastas agora na posse do PC, provinham do filho do governador. (Martorell, 2025)

7. CONCLUSÕES E PROPOSTAS

A fiscalização da equipa de investigação carlista, origem, juntamente com o procurador Zubiaga, das acusações, revelou poucos resultados investigativos contra a Guarda Civil, para além da sua inibição, matizada pelo facto de que, quando se abriu fogo, houve algum agente que arriscou a vida. No entanto, a Guarda Civil, para seu descrédito, não efetuou nenhuma detenção naquele dia, em estrito cumprimento das ordens recebidas pelo Governo Civil de Navarra, que por sua vez transmitia as ordens do Ministério do Interior. Interveio nos controlos rodoviários para travar a afluência de *carlohuguinos* e na utilização de radiotelefonos. Pior ainda foi a atuação do general Campano pela sua colaboração com os *sixtinos*. Os investigadores *carlohuguinos* e, consequentemente, a imprensa e a bibliografia *neocarlista*, colocaram a ênfase nos *estorilos* e não nos *sixtinos*, com o objetivo de implicar Juan Carlos I e menosprezar Sixto Enrique.

A Guarda Civil estava ao serviço do Governo, que tinha um objetivo aproveitando a divisão e o confronto existente no seio do carlismo, consistindo em desacreditar o PC e o seu pretendente ao trono, Carlos Hugo de Borbón Parma, e assim ajudar na consolidação da recém-inaugurada Monarquia de Juan Carlos I. De facto, Fraga, pelo menos, tinha dado ouvidos à iniciativa da CT que desencadeou aquele trágico Montejurra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUN, *Fundo Manuel Fal Conde*, Caixa 133/185, 2.8.1.7.1.
- Altares, P. (15 de maio de 1976). Quem os armou? *Cadernos para o diálogo*, p. 16.
- Angulo, J. (19 de maio de 1976). Zubiaga: As autoridades sabiam das possibilidades de ações em Montejurra. *Tele/eXpres*, p. 12.
- Anónimo. (1977). *Relatório Montejurra 76*. Gayaumet.
- Belloch, S. (1998). *Interior. Os factos-chave da segurança do Estado no último quarto de século*. Edições B.
- Brioso, J. (2001). O carlismo no pós-guerra e na transição, em S. Payne (dir.), *Identidade e nacionalismo na Espanha contemporânea*, Atas, pp. 155-171.
- Canal, J. (2000). *O carlismo. Dois séculos de contrarrevolução em Espanha*. Alianza Editorial.
- Carcedo, D. (2004). *Sáenz de Santa María. O general que mudou de bando*. Temas de Hoy.
- Caspistegui, F.J. (1997). *O naufrágio das ortodoxias*. Eunsa.
- Cebrián, J.L. (11 de maio de 1976a). A romaria de Montejurra terminou em sangue. *El País*, p. 1.
- Cebrián, J.L. (11 de maio de 1976b). Pedimos responsabilidades. *El País*, p. 8.
- Cebrián, J.L. (12 de janeiro de 1977). Não se esgotaram todas as diligências na investigação dos factos de Montejurra. *El País*, p. 12.
- Clemente, J.C. (1992). *História geral do Carlismo*. Servigrafint.
- Clemente, J.C e Sánchez Costa, C. (1976). *Montejurra 76. Encruzilhada política*. La Gaya Ciencia.
- Cubero, Joaquín. (1995). «Montejurra 1976: uma tentativa de interpretação», em J. Tusell e A. Soto (dir.), *História da transição e consolidação democrática em Espanha*, UNED, pp. 29-48.
- Echevarría Pérez-Agua, J.J. (2024). *Juan María Araluce. O defensor dos privilégios assassinado pela ETA*. Almuzara.
- Elordi, C. (15 de maio de 1976a). Assassínatos no monte sagrado. *Triunfo*, pp. 72-73.
- Elordi, C. (22 de maio de 1976b). As responsabilidades de Montejurra. *Triunfo*, p. 10.

- Ferrer, M. (1957). *História do Tradicionalismo Espanhol*, tomo XVI. Editorial Católica Española.
- Ferrer, M. (1958). *História do Tradicionalismo Espanhol*, tomo XVII. Editorial Católica Española.
- Fraga, M. (1980). *Breve memória de uma vida pública*. Planeta.
- García Riol, D.J. (2015). *A resistência tradicionalista à renovação ideológica do carlismo (1965-1973)* [Tese em História Contemporânea, Universidade Nacional de Educação à Distância]. <https://portalcientifico.uned.es/documentos/5f63fc8b29995274fc8e8b8b>
- Gómez Mardones, I. (23 de maio de 1976). Os navarros procuram o responsável. *Gaceta Ilustrada*, p. 38.
- González Cuevas, P.C. (1998). *Acción Española. Teologia política e nacionalismo autoritário em Espanha (1913-1936)*. Tecnos.
- Indave, J. (9 de maio de 1976a). Montejurra sangrento. *El Pensamiento Navarro*, p. 20.
- Indave, J. (9 de maio de 1976b). Unidos na dor. *El Pensamiento Navarro*, p. 1.
- Landaburu, A.; Zuloaga P. e Trives, J. (22 de janeiro de 1977). *Montejurra 76. Há mais culpados? Opinião*, pp. 14-18.
- Lavardín, Javier (Parrilla, José Antonio) (1976). *História do último pretendente à coroa de Espanha*. Ruedo Ibérico.
- Lluís y Navas, J. de (1967). As divisões internas do carlismo ao longo da história, em J. Maluquer (Ed.), *Homenagem a Jaime Vicens Vives*, Universidade de Barcelona, pp. 307-361.
- Martorell, M. (9 de maio de 2025). A chamada telefónica inédita que relaciona Juan Carlos de Borbón com a trama de Montejurra 76. *Público*. <https://www.publico.es/politica/memoria-publica/inedita-llamada-telefonica-relaciona-juan-carlos-borbon-trama-montejurra-76.html> [Consultado em 07-07-2025]
- Martorell, M. (9 de janeiro de 2023a). Novos documentos revelam que Montejurra 76 foi um plano do Estado contra o Partido Carlista. *Diario de Navarra*, p. 44.
- Martorell, M. (10 de janeiro de 2023b). Ministérios e forças públicas ao serviço da *Operação Reconquista*. *Diario de Navarra*, p. 48.
- Martorell, M. (11 de janeiro de 2023c). Montejurra 76 fracassou porque o carlismo tradicionalista não respondeu ao apelo. *Diario de Navarra*, p. 54.
- Martorell, M. (2014). *Carlos Hugo contra Juan Carlos. A solução federal para Espanha que Franco rejeitou*. Eunate.

- Miralles Climent, J. (2023). *Do tradicionalismo ao socialismo autogestionário. A evolução da militância carlista na época de Don Javier e Carlos Hugo (1956-1980)*. Universitat Jaume I.
- Montoliú, P. (11 de janeiro de 1977). Queremos que sejam estabelecidas até mesmo as possíveis responsabilidades do Governo. *El País*, p. 11.
- Ónega, F. (9 de maio de 1976a). A tempestade pela reforma acalma-se. *La Voz de España*, p. 2.
- Ónega, F. (9 de maio de 1976b). O pêndulo. *Arriba*, pp. 1 e 2.
- Oneto, J. (17 de janeiro de 1977a). Monte Oriol 76. *Cambio 16*, pp. 13-14.
- Oneto, J. (9 de maio de 1977b). Montejurra 76. Houve conspiração. *Cambio 16*, pp. 25-31.
- Peña, J.M. (1976). Um morto e vários feridos, balanço de Montejurra-76. *El Diario Vasco*, p. 3.
- Pérez-Nievas, J.A. (dezembro de 2003). Comentários a uma sentença reparadora. *El Federal* 18, p.3.
- Pernau, J. (11 de maio de 1976a). A lição de Montejurra. *Diario de Barcelona*, p. 3.
- Pernau, J. (16 de maio de 1976b). Ontem foi detido o homem do impermeável. *Diario de Barcelona*, p. 1.
- Purroy, M. (16 de junho de 1977). Relatório Montejurra 76. *Punto y Hora de Euskal Herria*, p. 40.
- Salabert, M. (22 de fevereiro de 1977). A política da avestruz. *Triunfo*, pp. 8 e 9.
- Sánchez Soler, M. (2010). *A transição sangrenta. Uma história violenta do processo democrático em Espanha (1975-1983)*. Península.
- Santa Cruz, M. (Ruiz de Galarreta, A.) (1988). *Notas e documentos para a história do tradicionalismo espanhol*. Tomo 16. Gráfica La Torre.
- Senent Sansegundo, J.C. (2024). *Antifranquistas de boina vermelha. A mudança ideológica no carlismo (1968-1986)*. Centro de Estudos Políticos e Constitucionais.
- Solé Tura, J. (13 de maio de 1976). Montejurra. *Mundo diario*, p. 3.
- Suárez de Lezo, M. (8 de setembro de 2009). *A verdade sobre os acontecimentos de Montejurra*. Herederos de la Tradición, Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=_HB25D-VHOQ [Consultado em 31-03-2025]

- Uranga, J.J. (11 de maio de 1976a). Um morto e quatro feridos a bala. *Diario de Navarra*, p. 1.
- Uranga, J.J. (11 de maio de 1976b). A sangrenta reconquista de Montejurra. *Diario de Navarra*, p. 1.
- Uranga, J.J. (11 de maio de 1976c). Um morto e quatro feridos a bala. *Diario de Navarra*, p. 26.
- Vázquez de Prada, M. (2016). *O fim de uma ilusão. Ascensão e declínio do tradicionalismo carlista (1957-1967)*. SCHEDAS.
- Vázquez de Prada, M. (2011). O papel do carlismo navarro no início da fragmentação definitiva da comunhão tradicionalista (1957-1960). *Príncipe de Viana*, 254, pp. 393-406
- Vázquez de Prada, M. (2006). O carlismo navarro e a oposição à política de colaboração entre 1957 e 1958, em VV.AA., *Navarra. Memória e imagem*, Eunate.
- Villanueva, A. (1997). Os incidentes de 3 de dezembro de 1945 na praça do Castelo de Pamplona. *Príncipe de Viana*, 212, pp. 629-650.
- Zuloaga, J. (10 de maio de 1976). Um morto, quatro feridos por bala e cerca de vinte contusões nos incidentes de ontem em Montejurra. *Unidad*, p. 18.
- Zuloaga e Zuloaga, J. (11 de maio de 1976). Montejurra. *La Voz de España*, p. 8.

